

Lula defende aliança para evitar revés em 2010
Em São Bernardo, ele disse que 'PT era metido a besta' e perdia por não fazer parcerias **• PÁG. A6**

CRISE MILITAR

Jobim faz carta de demissão após ameaça de mudar a Lei de Anistia

Lula fecha acordo com ministro, que seria seguido por comandantes das Forças e vê ‘revanchismo’ em Vannuchi

Christiane Samarco
Eugênia Lopes
BRASÍLIA

A terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), que propõe a criação de uma comissão especial para revogar a Lei de Anistia de 1979, provocou uma crise militar na véspera do Natal e levou o ministro da Defesa, Nelson Jobim, a escrever uma carta de demissão e a procurar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para entregar o cargo. Solidários a Jobim, os três comandantes das Forças Armadas (Exército, Aeronáutica e Marinha) decidiram que também deixariam os cargos, se a saída de Jobim fosse consumada.

Na avaliação dos militares e do ministro Jobim, o PNDH-3, proposto pelo ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria de Direitos Humanos, e lançado no dia 21 passado, tem trechos “revanchistas e provocativos”. Ao final de três dias de tensão, o presidente da República e o ministro da Defesa fizeram um acordo político: não se reescreve o texto do programa, mas as propostas da lei a serem enviadas ao Congresso não afrontarão as Forças Armadas e, se for preciso, a base governista será mobilizada para não aprovar textos de caráter revanchista.

Os comandantes militares transformaram Jobim em fiador desse acordo, mas disseram que a manutenção da Lei de Anistia é “ponto de honra”. As Forças Armadas tratam com “naturalidade institucional” o fato de os benefícios da lei e sua amplitude estarem hoje sob análise do Supremo Tribunal Federal – isso é decorrente de um processo legal que foi aberto na Justiça Federal de São Paulo contra os ex-coronéis e torturadores Carlos Alberto Brilhante Ustra e Audir Santos Maciel.

Além da proposta para revogar a Lei de Anistia, que está na diretriz que fala em acabar com “as leis remanescentes do período 1964-1985 que sejam contrárias à garantia dos Direitos Humanos”, outro ponto irritou os militares e, em especial, o ministro Jobim. Ele reclamou com Lula da quebra do “acordo tácito” para que os textos do PNDH-3 citassem as Forças Armadas e os movimentos civis da esquerda armada de oposição ao regime militar como alvos de possíveis processos “para examinar as violações de direitos humanos praticadas no contexto da repressão política no período 1964-1985”.

Avaliação é que plano tem trechos “revanchistas e provocativos”

Jobim foi surpreendido com um texto sem referências aos grupos da esquerda armada. Os militares dizem que se essas investigações vão ficar a cargo de uma Comissão da Verdade, todos os fatos referentes ao regime militar devem ser investigados. “Se querem por coronel e general no banco dos réus, então também vamos botar a Dilma e o Franklin Martins”, disse um general da ativa ao Estado, referindo-se à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e ao ministro de Comunicação Social, que participaram da luta armada. “Não me venham falar em processo para militar pois a maioria nem está mais nos quartéis de hoje”, acrescentou o general.

ENTENDA O CASO

As divergências entre os ministros em torno da Comissão da Verdade arrastam-se há um ano

● **Dezembro/2008:** A 11.ª Conferência Nacional de Direitos Humanos encaminha ao governo orientação para que seja criada a Comissão da Verdade e Justiça. No entanto, os enviados do Ministério da Defesa votam contra

● **Janeiro/2009:** Vannuchi estimula a sociedade a discutir a comissão e começa a redigir uma proposta. Acreditava-se que seria criada por decreto presidencial

● **Julho:** Começa o debate com a Defesa. Jobim quer uma comissão de reconciliação

● **Outubro:** Vannuchi deixa de lado o tom judiciário, mas insiste na abertura de arquivos que estariam poder dos militares

● **Novembro:** O impasse leva o Planalto a adiar o anúncio do Programa de Direitos Humanos

● **Dezembro:** O termo reconciliação é incluído na proposta e anuncia-se que o governo encaminhará ao Congresso um projeto de lei propondo a criação da comissão

Os militares também consideram “picuiinha” e “provocação” a proposta de Vannuchi de uma lei “proibindo que logradouros, atos e próprios nacionais e prédios públicos recebam nomes de pessoas que praticaram crimes de lesa-humanidade”. “Estamos engolindo sapo atrás de sapo”, resumiu o general, que pediu anonimato por não poder se manifestar.

SOLIDARIEDADE

A decisão de Jobim entregar o cargo foi tomada no dia 21 e teve, inicialmente, o apoio dos comandantes Juniti Saito (Aeronáutica) e Enzo Peri (Exército). Consultado por telefone, porque estava no Rio, o comandante da Marinha, almirante Moura Neto, também aderiu. Diante da tensão, Lula acertou que se encontraria com Jobim em Brasília, na volta da viagem que havia feito ao Rio, para inaugurar casas populares no complexo do Alemão e visitar obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na conversa, Lula rejeitou a entrega da carta de demissão e disse que contornaria politicamente o problema. Pediu que o ministro garantisse aos comandantes militares que o Planalto não seria porta-voz de medidas que revogassem a Lei de Anistia. Os militares acataram a decisão, mas reclamaram da posição “vacilante” do Planalto e do “ambiente de constantes provocações” criado pela secretaria de Vannuchi e o ministro da Justiça, Tarso Genro. Incomodaram-se também com o que avaliaram como “empenho eleitoral excessivo” da ministra Dilma no apoio a Vannuchi. “Lula age assim: empurra a crise com a barriga e a gente nunca sai desse ambiente de ameaça”, protestou um brigadeiro em entrevista ao Estado.

Para as Forças Armadas, a cerimônia de premiação de vítimas da ditadura, no dia 21, foi “uma armação” para constranger militares, tendo Dilma como figura central, não só por ter sido torturada, mas por ter chorado e escolhido a ocasião para exibir o novo visual de cabelos curtíssimos, depois da quimioterapia para tratamento de um câncer linfático. ● COLABOROU RUI NOGUEIRA

SEM ACORDO

Vannuchi X Jobim



Pontos do Programa Nacional de Direitos Humanos que os militares consideram revanchistas

PAULO VANNUCHI
Ministro de Direitos Humanos

O QUE PROPÕE

DIRETRIZ 23

● Investigar as violações de direitos humanos no regime militar (1964-1985). “Designar Grupo de Trabalho composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, para elaborar, até abril de 2010, Projeto de Lei que institua COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política no período mencionado (1964-1985)”

DIRETRIZ 24

● Incentivar iniciativas de preservação da memória histórica e de construção pública da verdade sobre períodos autoritários:
a) Disponibilizar linhas de financiamento para a criação de centros de memória sobre a repressão política, em todos os estados, com projetos de valorização da história cultural e de socialização do conhecimento por diversos meios de difusão
b) Criar comissão específica, em conjunto com departamentos de História e centros de pesquisa, para reconstituir a repressão ilegal relacionada ao Estado Novo (1937-1945). Essa comissão deverá publicar relatório contendo os documentos que fundamentaram essa repressão, a descrição do funcionamento da justiça de exceção, os responsáveis diretos no governo ditatorial, registros das violações bem como dos autores e das vítimas
c) Identificar e sinalizar locais públicos que serviram à repressão ditatorial, bem como locais onde foram ocultados corpos e restos mortais de perseguidos políticos

DIRETRIZ 25

● Modernização da legislação relacionada com a promoção do direito à memória e à verdade, fortalecendo a democracia. Criar Grupo de Trabalho para acompanhar, discutir e articular, com o Congresso Nacional, iniciativas de legislação propondo: **revogação de leis remanescentes do período 1964-1985 que sejam contrárias à garantia dos Direitos Humanos ou tenham dado sustentação a graves violações;** propor legislação de abrangência nacional proibindo que logradouros, atos e próprios nacionais e prédios públicos recebam nomes de pessoas que praticaram crimes de lesa-humanidade, bem como determinar a alteração de nomes que já tenham sido atribuídos

NELSON JOBIM
Ministro da Defesa

O QUE DIZEM OS MILITARES

● Se a comissão é da “Verdade” e vai haver investigações, então devem ser investigadas as violações da “repressão política” do Estado, que se referem às Forças Armadas, e dos movimentos da esquerda armada, abrindo processo também contra quem sequestrou e matou soldados

● Como um dos responsáveis pelo item “c” é o Ministério da Justiça, a Polícia Federal poderá ser mobilizada para invadir quartéis das Forças Armadas para fazer buscas em nome da identificação e preservação de locais históricos de tortura

● Do jeito que está redigida a direttriz, a Secretaria de Direitos Humanos propõe claramente a revogação da Lei de Anistia (1979). Os comandantes militares consideram uma “picuiinha” a proposta de cassar o nome, por exemplo, dos presidentes militares (Castello Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo) nas pontes, rodovias e prédios públicos

INFOGRÁFICO/AE

Governo prevê a saída de ministro na campanha

...Em alguns setores do governo federal já é dada como mais que provável a saída de Nelson Jobim (PMDB) do cargo de titular do Ministério da Defesa. O motivo seria a forte amizade dele com o governador paulista e virtual candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra. O que se comenta é que essa proximidade o deixaria pouco à vontade no governo quando a campanha eleitoral entrasse na esperada fase de fogo cerrado.

Serra e Jobim são amigos desde a segunda metade da década de 80, quando foram eleitos para a Câmara e acabaram dividindo um apartamento funcional em Brasília. Até hoje, quando visitam São Paulo, o ministro da Defesa e sua mulher costumam reunir-se

com o casal Serra.

Em 2007, quando deixou o Palácio do Planalto, logo após receber o convite do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assumir a pasta da Defesa, um dos primeiros telefonemas que Jobim disparou foi para o amigo Serra. Para contar que havia decidido aceitar o convite.

Jobim entrou para o ministério de Lula como parte da quota do PMDB. Substituiu Waldir Pires, que se desgastara e arrastara com ele o governo durante a crise aérea. Assumiu desde o início um tom de aproximação com os militares, procurando melhorar o diálogo com chefes das tropas. Isso provocou críticas em setores do governo, especialmente aqueles ligados à área de defesa dos

Direitos Humanos – interessados em rever questões relacionadas ao período da ditadura, deflagrada com o golpe militar de 1964.

Mas sua atuação também sido elogiada. Comenta-se que, desde a criação do ministério, em 1999, nenhum outro titular da vaga teria atraído para a pasta o prestígio que Jobim conquistou. No governo Lula, ele foi antecedido no cargo por José Viegas Filho, diplomata de carreira, e pelo vice-presidente, José Alencar, além de Waldir Pires.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, Jobim foi ministro da Justiça durante um período de dois anos. Deixou o cargo em 1997 para ocupar uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) ● R.A.

Vannuchi nega crise, mas admite divergência

Roldão Arruda

O ministro Paulo Vannuchi, de Direitos Humanos, disse ontem que desconhece qualquer pedido de demissão encaminhado ao presidente da República, relacionado às divergências entre ele e o titular da pasta da Defesa, Nelson Jobim. “Estive com o presidente da República no dia 23, véspera do Natal, e ele não me falou nada sobre isso”, afirmou.

Vannuchi não negou as divergências com Jobim. Mas insistiu que cada uma delas é discutida no interior do governo e que sempre chegam a um acordo.

“Foi assim no caso da comissão enviada ao Araguaia, para a busca dos corpos dos desaparecidos na guerrilha, e na redação do Programa Nacional de Direitos Humanos, anunciado dias atrás”, observou. “Num governo de coalizão, com pontos de vista diferentes, as discussões são comuns. Eu recuo, ele recua, sempre procurando o acordo. Nosso árbitro é o presidente Lula.”

A pendência atual entre os dois, segundo explicações de Vannuchi, gira em torno do texto do projeto de lei que o governo deve enviar ao Congresso até abril do ano que vem, propondo a criação de uma Comissão da Verdade para apurar crimes e violações de direitos humanos no período da ditadura militar.

O ministro da Defesa estaria insistindo em alterar o trecho que se refere ao “período de repressão política”. Para ele, a frase correta deveria ser deveria ser “período de repressão política e conflitos” – para caracterizar que setores da esquerda que pegaram em armas para defender posições políticas.

Vannuchi acredita que o problema tem solução. “É uma questão de escolha de termos, que pode ser resolvida na mesa, no processo de redação”, disse. “Foi assim no caso do Programa de Direitos Humanos, cuja redação contou com a participação do Jobim.”

O titular de Direitos Humanos desconhece manifestações de descontentamento e pedidos de demissão entre militares. E não vê motivos para isso. “Não há clima. É como falar de raio em céu azul, tempestade em copo d’água.”

Amigo e assessor de Lula desde os primórdios do PT, Vannuchi assinalou que a decisão final sobre a comissão caberá ao Congresso. “O Legislativo vai decidir se quer e como quer. Isso pode demorar anos. Da minha parte, vou trabalhar para que a tramitação ocorra da forma mais rápida possível.”

Lembrou que outros países da América Latina, que também enfrentaram ditadura militar, já instalaram comissões de verdade para apurar violações de direitos humanos. “Estamos atrasados no avanço da democracia.” ●